

## **INVENTÁRIO DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS EM VITÓRIA DO MEARIM, MARANHÃO**

### ***INVENTORY OF THE BASKET OF TERRITORIAL GOODS AND SERVICES IN VITÓRIA DO MEARIM, MARANHÃO***

**Itaan Pastor Santos**

Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, Brasil

**João Soares Gomes Filho**

Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, Brasil

**Edijanne Mendes Baima**

Companhia Nacional de Abastecimento, São Luís, MA, Brasil

**Lunapraia Mendes Garcia**

Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, Brasil

**Geyssane Farias de Oliveira**

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, Irati, PR, Brasil

#### **GT7. Desenvolvimento rural, territorial e regional**

**Resumo:** A metodologia da Cesta de Bens e Serviços Territoriais em processo de implantação no território Campos e Lagos Maranhenses procurou articular o desenvolvimento territorial em andamento nos seus tendo como referência principal o município de Vitória do Mearim com todos os seus recursos potenciais existentes, mas pouco aproveitados. O objetivo desta pesquisa consistiu na identificação e caracterização desses recursos territoriais com potencial de geração de uma renda de qualidade territorial. Cada um dos recursos foi identificado a partir de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida através de grupos de discussão e entrevistas semiestruturadas. Os resultados identificaram cinco recursos com alto potencial de gerar renda de qualidade territorial. Desses, três estão relacionadas à produção agropecuária e extrativista: babaçu, melancia produzida em vazante e leite de búfalas e seus subprodutos; e dois fazem parte do circuito cultura e turismo, especialmente relacionados ao turismo comunitário. Esses recursos existem no município e em quase todo o território em condições muito semelhantes, sendo que as dificuldades estão relacionadas tanto à falta de apoio governamental quanto à complexidade de estabelecer um processo de governança territorial.

**Palavras-chave:** desenvolvimento territorial, inventário territorial, Vitória do Mearim.

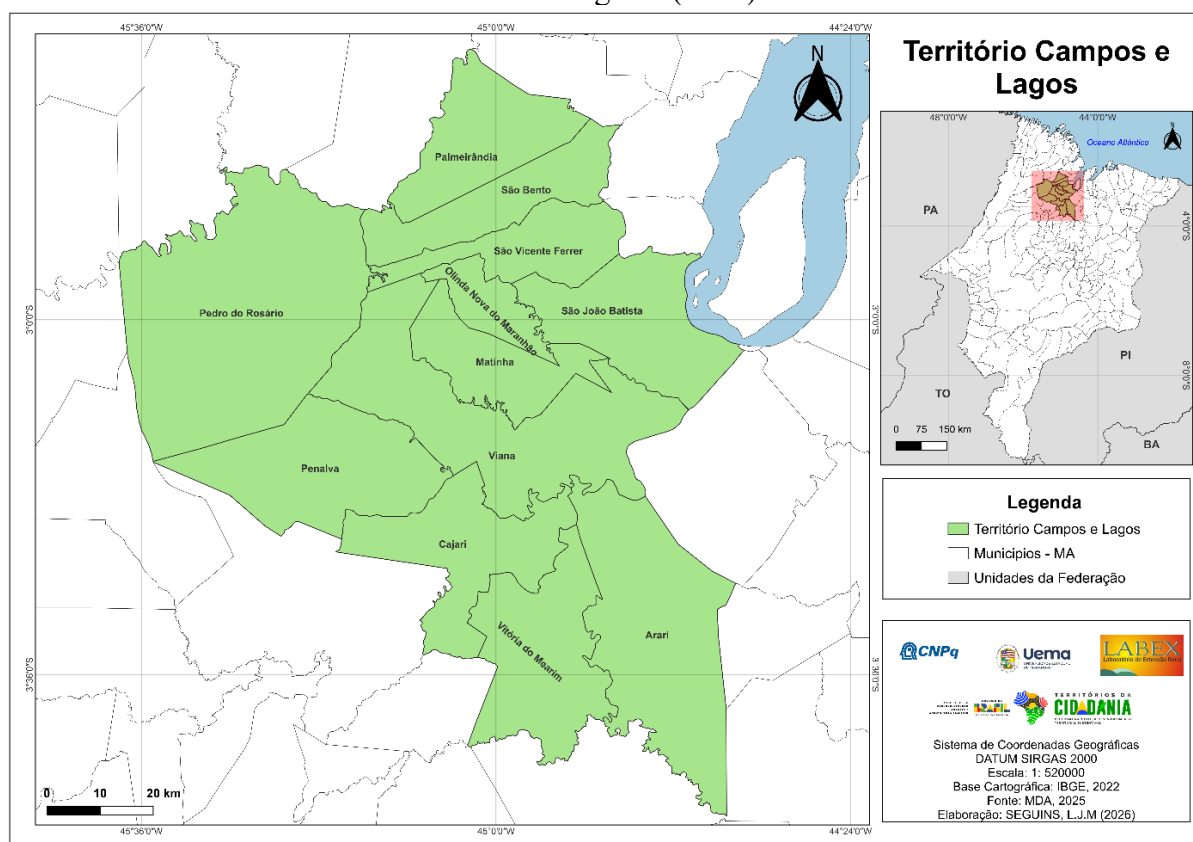
**Abstract:** The methodology of the Territorial Goods and Services Basket, currently being implemented in the Campos e Lagos Maranhenses region, sought to articulate the ongoing territorial development, using the municipality of Vitória do Mearim as a primary reference point, highlighting all its existing but underutilized potential resources. The objective of this research was to identify and characterize these territorial resources with the potential to generate a quality territorial income. Each of the resources was identified through qualitative research, developed using focus groups and semi-structured interviews. The results identified five resources with high potential to generate quality territorial income. Of these, three are related to agricultural and extractive production: babassu, watermelon produced in floodplains, and buffalo milk and its by-products; and two are part of the culture and tourism circuit, especially related to community-based tourism. These resources exist in the municipality and throughout almost the entire territory under very similar conditions, with the difficulties being related both to a lack of government support and to the complexity of establishing a territorial governance process.

**Keywords:** territorial development, territorial inventory, Vitória do Mearim.

## **1. Introdução**

O território Campos e Lagos Maranhenses<sup>1</sup>, localizado na Baixada Ocidental Maranhense (Figura 1) foi, historicamente, uma das áreas do estado que mais sofreu com a falta de políticas públicas setoriais o que, aliada às mudanças ambientais promovidas tanto pelas forças naturais quanto pelos impactos causados pelos humanos, acaba por sofrer com a redução dos insumos naturais e a perda de produtividade sistemática dos produtos do agroextrativismo, principais suprimentos econômicos do território e base alimentar das famílias.

Figura 1: Mapa do Território da Cidadania Campos e Lagos  
Autora: Seguins (2026)



A ausência de alternativas produtivas que revertam esse quadro tem deixado a população local totalmente dependente de emprego e renda promovidos pelos serviços públicos municipais. As populações locais dos mais diversos municípios, há muito tempo, possuem uma falta de confiança absoluta nesse modelo e, até por isso, a juventude, em especial a juventude rural, tem abandonado o território em busca de alternativas mais adequadas para alcançar

<sup>1</sup> Os municípios que compõem o território Campos e Lagos são: Arari, Cajari, Matinha, Olinda Nova, Palmeirândia, Pedro do Rosário, Penalva, São Bento, São João Batista, São Vicente de Ferrer e Viana, Vitória do Mearim

melhores condições de vida. Uma parcela adota o modelo de migração de retorno seguindo para outros municípios fora do território onde passa períodos trabalhando (SANTOS; TRINDADE JUNIOR, 2023).

O espaço geográfico da Baixada Ocidental Maranhense possui, aproximadamente, 18.000 km<sup>2</sup> e é composto por uma planície inundada em grande parte do ano pelas bacias dos rios Pindaré, Mearim, Grajaú e Pericumã. As cidades estão implantadas nas áreas mais altas, circundadas por uma vegetação diversificada que incluem manguezais, matas de galeria, babaçuais e resquícios de floresta amazônica. As características especiais únicas dessa área levaram o governo do Maranhão a criar a Unidade de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense, em 1991, por meio do Decreto Estadual n.º 11.900, de 11 de fevereiro de 1991, abrangendo 43 municípios com uma área total de 1.775.035,6 ha. Essa Área de Proteção Ambiental (APA) está articulada com a APA das Reentrâncias Maranhenses (IMESC, 2020).

Também por conta dessas condições especiais a Baixada Ocidental Maranhense foi designada como Sítio Ramsar, em 2000, demonstrando o papel estratégico que desempenha para além das condições ambientais, em termos econômicos, sociais e culturais. Mas essas condições não modificaram os caminhos que o território dos Campos e Lagos seguiu, sofrendo os mesmos impactos que já vinha ocorrendo nas décadas anteriores.

Nesse território a equipe do Núcleo de Extensão e Desenvolvimento (LABEX), da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), iniciou, em parceria com outros três grupos de pesquisa, respectivamente, da Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Estadual de Maringá (UEM), a aplicação da metodologia da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), considerando seu enfoque inovador para o fomento do desenvolvimento territorial sustentável, como forma de encontrar um novo caminho de qualidade territorial a partir de iniciativas dos atores locais. Essa metodologia, proposta por Pecquer (2001) e Mollard (2001), parte dos atores locais estabelecidos em redes de intercooperação para a definição dos projetos territoriais com perspectivas para além de resultados clássicos baseados no economicismo. Ao considerar esse diferencial da metodologia do projeto, criada na França e adaptada para o Brasil, inicialmente em Santa Catarina, leva-se em conta que o território Campos e Lagos tem características muito específicas, tanto do ponto de vista das condições ambientais quanto da situação identitária, que define de uma forma muito própria a população local.

As características desse território, baseadas nas suas condições ecossistêmicas e no seu histórico processo de construção apontam ótimas condições para a implantação da CBST, especialmente ao considerar que as intervenções locais nunca promoveram adequadas melhorias de vida das populações locais. A proposta, portanto, visou encontrar alternativas capazes de minorar as problemáticas sociais que grassam nos municípios, notadamente nos espaços rurais.

Um olhar sobre as condições locais nos remete a perceber que o território dos Campos e Lagos Maranhenses tem características muito específicas, que ultrapassam os aspectos produtivos agroextrativistas, com dinâmicas socioeconômicas que mantêm o rural funcionando. Entre as dinâmicas mais fortes podemos relacionar as atividades culturais materiais e imateriais existentes nas comunidades rurais que promovem um intenso deslocamento interno dos moradores dentro e fora dos municípios como forma de participação em cada momento em que essas manifestações ocorrem. No entanto, essas formas de expressão sociocultural seguem passando por processos de mudança mais ou menos drásticas impostas pelas novas modalidades de comunicação que acabam por impactar o modo de vida das pessoas, tanto nas áreas urbanas quanto nos espaços rurais. De qualquer forma essa dinâmica cultural é única entre todos os territórios maranhenses.

A CBST demonstra que a maior proximidade entre pessoas de um território (RALLET; TORRE, 2004) facilita a identificação dos fatores (bens e serviços) a elas relacionados (PECQUER, 2005). Nesse caso, a perspectiva do desenvolvimento territorial está contemplada na medida em que todas as atividades que se desenvolvam dentro de um território acontecem com algum tipo de articulação com outras atividades que se desenvolvem tanto dentro quanto fora desse território. Nesta análise, considera-se, para tanto, a manutenção da política de desenvolvimento territorial implantada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2003, que permitiu a criação de um Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER), e que, mesmo com a desarticulação dessa política em 2017, se manteve parcialmente ativo fazendo a ponte entre instituições e pessoas desse território.

As características que definem o território Campos e Lagos são estabelecidas pelas condições ambientais que aproximam as populações dos municípios independentemente dos limites geográficos. As poucas políticas sociais propostas e executadas pelos governos nos três níveis não foram capazes de criar outras realidades que permitissem melhorar a vida das pessoas ao longo do tempo. A sensação é que o tempo passa mais lento e os diversos fatores protagonizados pelos moradores não são aproveitados para criar melhores condições de vida e formatar as melhores políticas.

Quando a abordagem CBST foi proposta para atores sociais do território Campos e Lagos, através do projeto “Inovação e transição sustentável: cesta de bens e serviços em territórios amazônicos” tinha-se a possibilidade de avaliar como essa metodologia se comportaria frente às condições existentes no território. A abordagem é vista como parte de um processo de construção e valorização de uma qualidade específica, em conexão com recursos ancorados em um ambiente, apropriados e construídos pelos atores, e cujo valor está ligado a características intrínsecas (Colletti; Pecqueur, 2005; Camagni; Maillat; Matteaccioli, 2004).

Algumas questões referenciais foram apontadas como forma de se aprofundar a compreensão das dinâmicas locais considerando as mudanças que tem acontecido nesse território ao longo dos últimos vinte anos. Não há dúvidas de que nos Campos e Lagos as inovações, apontadas por Klein (2009) levam em conta as mudanças sofridas e/ou promovidas pelos agricultores familiares, principal grupo econômico produtivo do território. Um outro grupo social muito impactado nesse território é a juventude. Os dados do IBGE (2000, 2010, 2022) apontam que a quantidade de jovens vem diminuindo sistematicamente de um censo ao outro, condição totalmente relacionada à migração que, por sua vez, está relacionada às dificuldades de acesso a trabalho e renda enfrentadas no território.

A pesquisa apresentada buscou compreender a lógica de funcionamento do Território Campos e Lagos a partir da situação dos seus produtos potenciais mais clássicos, ainda que esses produtos se apresentem com pouca importância econômica para a sociedade local, e sejam pouco perceptivos às pessoas de fora do território. As informações apresentadas nesse artigo estão relacionadas a Vitória do Mearim, que ficou estabelecido como o município base para o desenvolvimento do trabalho, considerando tanto a sua posição geográfica estratégica dentro do território, quanto as relações anteriores estabelecidas entre os órgãos públicos municipais e as instituições da sociedade civil com o Labex.

## **2. A cesta de bens e serviços no território Campos e Lagos ou o projeto Cesta Amazônica**

O projeto “Inovação e transição sustentável: cesta de bens e serviços em territórios amazônicos no Maranhão” permite identificar as potencialidades de um território. Os dados oficiais mostram redução da população entre os dois últimos censos demográficos (IBGE, 2011; IBGE, 2022), em especial a redução da juventude. Santos; Trindade Junior (2023) apontam que a falta de alternativas de trabalho e renda levam a migração da população jovem em todos os municípios do território.

As observações dos moradores relacionam que a ocupação dos espaços pelo crescimento das cidades e os poucos projetos agropecuários e de infraestrutura logística são implantados sem preocupação ambiental gerando impactos diversos no ambiente. Costa Neto et al. (2014) já apresentava as principais atividades que impactavam o ambiente desse território. Nos anos que se seguiram nenhuma dessas atividades deixou de ser desenvolvida, de modo que, considerando todas as mudanças ambientais ocorridas ao longo do tempo, esses impactos tendem a ser potencializados. As mudanças ambientais alteram as formas como os moradores das áreas rurais se relacionam com o espaço geográfico de modo que os pescadores já não conseguem obter produtos em quantidades razoáveis e os agricultores familiares admitem ter menos produtividade nos cultivos.

Em todos os municípios que fazem parte do território a população se encontra além dos limites da divisão municipal e, como sempre se autodefiniram, as pessoas são mais do que moradores municipais, são baixadeiros. Como baixadeiro cada morador assumiu a condição de pescador desde o primeiro momento em que a mistura das raças criou esse mestiço que convive com as águas em grande quantidade no período das chuvas, e se adapta aos lagos que permanecem quando as chuvas acabam.

Em 2008 o Território Campos e Lagos foi instituído como parte da proposta de desenvolvimento territorial no Maranhão. A definição desse território incluiu uma espacialização baseada em uma relação histórica onde foram retirados municípios que se localizavam na região litorânea, ficando somente aqueles que se localizavam nos espaços entre os grandes lagos da Baixada. Dentro da proposta territorial as instituições que passaram a fazer parte do CODETER se envolveram em um processo que, segundo PECQUEUR (2005) pode ser considerado como território construído dependente de uma governança capaz de aproveitar os recursos e ativos específicos.

Nessa perspectiva, o olhar sobre esse território implica perceber, também, o quanto esse modelo de desenvolvimento territorial estabelecido pelo MDA conseguiu aproveitar das especificidades existente para a promoção dos produtos e serviços existentes e qual foi o papel do colegiado no enfrentamento aos poderes locais constituídos e qual governança foi estabelecida. O desmonte dessa política de desenvolvimento territorial com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a subida ao poder de Michel Temer, desarticulou, de certa forma, as ações em curso e aquelas planejadas para os períodos seguintes. Assim, entre 2017 e 2022, as políticas implementadas nos Campos e Lagos foram executadas apenas setorialmente, o que não impediu o Colegiado funcionar ainda que de forma pontual.

Levada para os Campos e Lagos como uma alternativa de identificação de soluções a partir dos seus próprios moradores o enfoque da CBST ainda está sendo adaptada às especificidades locais. Os autores que vem estudando esse enfoque no Brasil, como Cazella et al. (2019), Mello e Froehlich (2019), Cazella et al. (2020), Medeiros; Sablayrolles e Cazella (2021) e Prado et al. (2022) consideram que permite articular propostas baseadas nas experiências locais que são desconsideradas pelos atores sociais. Nesse sentido o projeto Cesta Amazônica traz o olhar territorial a partir da perspectiva das organizações que fazem parte do colegiado.

A primeira proposta metodológica consistiu em estabelecer um olhar do conjunto do território como um espaço comum, considerando um primeiro referencial a partir das características ecossistêmicas e das semelhanças pela unicidade do “ser baixadeiro”. No entanto, o espaço geográfico territorial relacionado à quantidade de municípios se superpõe sobre as condições ambientais e as alternativas produtivas no característico jogo conflitivo que, mesmo tendo condições semelhantes inviabiliza uma percepção do conjunto, ainda que se possibilite um olhar com grande nível de amplitude.

O CODETER possuía um Núcleo Diretivo e várias Câmaras Temáticas. Entre 2008 e 2017 esse colegiado funcionou articulando o desenrolar da política. Quando a política foi extinta pelo MDA o Colegiado se desarticulou, mas vários dos representantes continuaram se reunindo entre si e com representantes de colegiados de outros territórios. O desenvolvimento do projeto levou em consideração as posições dos representantes do colegiado que a princípio relacionaram cinco municípios para a execução da pesquisa e, mais à frente, nas conversas com a equipe técnica quando se decidiu por iniciar as atividades em um único município a opção foi Vitória do Mearim.

### **3. O inventário da Cesta Amazônica no município de Vitória do Mearim: procedimentos metodológicos**

A espacialização do Território Campos e Lagos inclui uma rodovia federal, a BR-222, que corta os municípios Arari e Vitória do Mearim, e três rodovias estaduais importantes para a circulação no estado. A primeira é a MA-014 que inicia em Vitória do Mearim e cruza por todo o território cortando os municípios direta e indiretamente. A segunda é a MA-106 que liga os municípios de Alcântara a Governador Nunes Freire passando na fronteira do município de São Bento. E a terceira é a MA-006 que liga Pinheiro ao povoado Cocalinho, sendo a única rodovia a servir o município de Pedro do Rosário. Considerando a posição dessas rodovias

pode-se aceitar que o município de Vitória do Mearim é o que se coloca em posição mais estratégica dentro do território, sendo considerada o Portal da Baixada.

Além da BR-222 e da MA-014 que cruzam grande parte do espaço geográfico do município, uma estrada de ferro corre em paralelo, também cruzando uma boa parte do espaço geográfico da área rural e causando grandes problemas ambientais em parte das localidades que ficam na Sede, no Japão e no Coque. A empresa Vale, proprietária da estrada de ferro, é obrigada a fazer compensação social por conta dos impactos causados e sua ação vai provocar modificações nas comunidades rurais, para o bem e para o mal.

Por apresentar características comuns aos outros municípios do território, incluindo as condições ecossistêmicas, o processo histórico de construção da sociedade, comunidades rurais tradicionais, cultura típica, além de uma localização estratégica na confluência das rodovias BR-222 e a MA-014, Vitória do Mearim foi o município identificado para a execução da primeira etapa do enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais nos Campos e Lagos. Levou-se em consideração, ainda, que houve uma decisão dos representantes do colegiado em acordo com o Labex para que o município se tornasse a referência inicial do projeto.

O município de Vitória do Mearim é um dos mais antigos do Maranhão tendo sua história relacionada à fundação de uma igreja ainda no século XVIII. Oficialmente foi alçado à condição de município apenas em 1833, desmembrado de Viana e elevado à categoria de cidade em 1924. Tendo esse nome em função do local onde aconteceu o último combate entre as tropas do governo e os revoltosos da Balaiada<sup>2</sup>. O poder público local estabelece quatro distritos no município: Japão, Coque, Região dos Jotas e a Sede. Esses distritos abrigam 88 povoados, incluindo aqueles que ficam dentro de assentamentos de reforma agrária.

De acordo com o último censo demográfico (IBGE, 2022) o município possui uma população de 30.805 habitantes em uma área de 715,625 km<sup>2</sup> estabelecendo uma densidade geográfica de 42,98 hab/km<sup>2</sup>. O seu IDHM<sup>3</sup> (2021) é de 0,595, bem abaixo do IDMH do Maranhão de 0,676. O seu Produto Interno Bruto percapta era de R\$ 9.656,01 (2021), também muito abaixo do Maranhão que era de R\$ 17.471,85. O número de estabelecimentos de acordo com o último Censo Agropecuário (IBGE, 2017) estava em 1.132 com uma área total de 28.246

---

<sup>2</sup> A Balaiada foi um movimento social ocorrido no Piauí, Maranhão e Ceará, do final de 1838 a fins de 1841. De um lado, grandes proprietários de terra e de escravos, autoridades provinciais e comerciantes; de outro, vaqueiros, artesãos, lavradores, escravos e pequenos fazendeiros (mestiços, mulatos, sertanejos, índios e negros) sem direito à cidadania e acesso à propriedade da terra, dominados e explorados por governos clientelistas e autoritários formados pelas oligarquias locais que ascenderam ao poder político com a “proclamação da independência” do país.

<sup>33</sup> Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

hectares, tendo 4.782 pessoas ocupadas. Não há um grande produtor em nenhuma das principais atividades agropecuárias.

Após definir Vitória do Mearim para conduzir a pesquisa no território Campos e Lagos, estabeleceu-se o inventário participativo como primeiro referencial da abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. Nesse caso foram definidas as seguintes etapas metodológicas: (i) inventário participativo; (ii) caracterização dos recursos inventariados; (iii) avaliação do grau de valorização dos recursos inventariados. Essas etapas são semelhantes àsquelas usadas por Rebollar et. al (2024), adaptado do Guia Metodológico elaborado por Janin e Perron (2020) sobre a valorização de recursos territoriais.

A etapa do inventário participativo foi estabelecida a partir de um conjunto de reuniões em níveis diversos com a participação de representantes do poder público num primeiro momento, quando reunimos com as equipes técnicas das secretarias de agricultura, do meio ambiente e da cultura e turismo. No segundo momento as reuniões ocorreram com representantes dos movimentos sociais incluindo o STTR, a Colônia de Pescadores e associações de moradores. Houve, ainda, um terceiro momento com moradores das comunidades rurais, incluindo agentes de turismo e mestres de cultura. Nessas atividades foram feitas indicações de vários produtos e serviços. Esses foram sendo redefinidos ao longo das discussões até que se chegou a um consenso com cinco recursos estratégicos: babaçu, melancia, leite de búfalas e seus derivados, cultura popular e turismo comunitário.

Na segunda etapa esses recursos foram observados dentro das suas especificidades contando com o olhar das diversas organizações que participaram na primeira etapa. Para cada um dos recursos inventariados foram feitas análises utilizando-se de técnicas diversas que permitiram caracterizá-los a partir de referenciais de muita importância para o município e para o território como o ambiente em que se situa e o próprio espaço ecossistêmico dos Campos e Lagos, a história do local onde está inserido e do seu entorno, a cultura estabelecida no espaço pesquisado e, por extensão, nos espaços próximos.

Na terceira etapa cada um dos recursos foi analisado pelos mesmos atores das duas primeiras etapas a partir de um viés que apontava como desenvolver adequadamente cada um dos recursos de forma que conseguissem ser valorizados territorialmente transformando-os em ativos efetivos.

#### **4. O coco babaçu e seus subprodutos**

Entre os produtos agroextrativistas de maior importância socioeconômica, ambiental e histórica do Maranhão o babaçu (*Orbignya phalerata*, Mart.) sempre foi um destaque. Trata-se de uma palmeira que ocorre no Norte, Nordeste e Centro Oeste do país, estando em grande quantidade no centro do Maranhão, no Território dos Cocais – cuja denominação é dada pela sua estupenda presença. Os dados de ocupação no Brasil mostram que, mesmo sendo característica de matas secundárias, o babaçu alcança uma área de 185 mil km<sup>2</sup> (SWERTS, 2009). Desses, 8 milhões de hectares ocorrem apenas no Maranhão.

Ainda que a produção seja concentrada no Território dos Cocais o babaçu se estende por todos os territórios maranhenses. A palmeira possui um aproveitamento quase integral de toda a sua estrutura vegetal, sendo a amêndoa o principal produto. Para extrair a amêndoa é preciso que o coco seja quebrado e, em função da dureza da casca se faz necessário um processo manual feito com o uso de um machado e uma marreta. Historicamente esse processo de beneficiamento é feito por mulheres que fazem a coleta, a quebra do coco e a sua comercialização promovendo a geração de renda para as respectivas famílias.

As mudanças históricas da estrutura fundiária reduziram o acesso das mulheres aos palmeirais, assim como o baixo nível tecnológico relacionado à quebra do coco e à sua transformação em subprodutos para comercialização reduziram o número de pessoas trabalhando na atividade. Essa situação levou as mulheres quebradeiras a se organizarem para garantir o direito do acesso aos palmeirais e a busca por tecnologias mais adequadas à quebra do coco. Surge, então, o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) que tem como referência a “organização das quebradeiras de coco babaçu para que conheçam seus direitos, a fim de promover a autonomia política e econômica em defesa das palmeiras de babaçu, dos territórios, do meio ambiente e da luta pela melhoria de suas condições de vida e de suas famílias, com base no bem viver”. Presente nos quatro estados, esse Movimento tem atuado como suporte às quebradeiras de coco na medida em que as mulheres se integram através das suas organizações formais ou informais.

Em Vitória do Mearim as quebradeiras de coco ainda não estão integradas ao MIQCB, pois ainda não se estabeleceu o relacionamento necessário que garantisse essa integração. Por conta disso, e sem um apoio efetivo do poder público, ou de alguma outra organização que trabalhasse a dinamização da cadeia do coco no município, o seu modelo de aproveitamento sempre ficou limitado à retirada da amêndoa e seu uso para fazer óleo e azeite ou para produzir o leite de coco sempre com o objetivo de comercializar para melhorar a renda da família.

Quando da pesquisa do Labex para a realização do inventário de recursos territoriais, o babaçu foi relacionado como estratégico aparecendo sempre entre os primeiros em qualquer

processo hierárquico estabelecido pelos representantes do segundo e do terceiro grupo conduzido pela equipe. Ainda assim, surgiram muitas indagações sobre os motivos pelos quais um produto que propiciou melhorias significativas na qualidade de vida das pessoas envolvidas no seu sistema extrativista ainda não possuísse uma tecnologia que facilitasse seu beneficiamento. Pessoas que foram entrevistadas apontaram que o babaçu é uma importante forma de sobrevivência de muitas famílias no município, ainda que, na atualidade, a atividade esteja claramente sendo reduzida.

Situações relacionadas com as mudanças climáticas como aumento do período de secas e consequente aumento da temperatura promovem um conjunto de problemas provocando o enfraquecimento geral das plantas, incluindo o aumento a suscetibilidade a pragas e doenças. Soma-se a isso um sistêmico desmatamento das áreas de florestas reduzindo a biodiversidade e gerando uma forte redução do acesso aos babaçuais pelas mulheres. O desmatamento causado por fazendeiros gerou um conjunto de conflitos entre as quebradeiras e esses “ditos” proprietários de terra. Mesmo com a Lei do Babaçu Livre (Lei nº 4.734/1986) que obriga os proprietários a permitirem a entrada das mulheres nas propriedades para a retirada do coco, não há fiscalização e quando não há negociação os fazendeiros impedem o acesso das mulheres.

Entre a redução da produtividade e a importância histórica da palmeira e do fruto para as mulheres quebradeiras de coco e suas comunidades, a pesquisa de campo demonstrou o interesse de distintos atores territoriais em promover melhorias na forma como esse recurso vem sendo explorado. A maioria concorda que mudanças de olhar por parte do poder público e uma articulação das organizações locais com o MIQCB podem propiciar novos arranjos. O caso do território do Médio Mearim, onde as organizações das mulheres quebradeiras recebem apoios diversos e conseguem beneficiar o coco criando vários subprodutos e comercializando para mercados locais, nacionais e internacionais representa uma experiência bastante positiva.

Em Vitória do Mearim há três grupos de mulheres organizadas em povoados diferentes (Todo Dia, Sumaúma e Caçoada) que possuem um grande potencial para promover a cadeia do babaçu e com ele fomentar uma renda de qualidade territorial. Esses grupos já fazem a coleta e a quebra do coco, mas ainda precisam de apoios para melhorar a agroindustrialização e organizar a comercialização.

## **5. Melancia na vazante**

Na hierarquização dos recursos potenciais existentes em Vitória do Mearim, que podem ser extrapolados para o conjunto do território Campos e Lagos, a melancia apareceu em um

lugar de destaque. Todos os três grupos que participaram do processo de inventariação consideraram que essa cultura é muito importante para a economia do município e do município vizinho de Arari. O modelo apresentado aqui é o desenvolvido num sistema de cultivo histórico, denominado “melancia de vazante”.

As técnicas usadas pelos lavradores é produto de um conhecimento empírico onde são aproveitadas as áreas úmidas deixadas quando da vazante dos rios durante a redução das chuvas. É nesse período que fica determinado o momento adequado de plantar.

A melancia (*Citrulus lanatus*) teve sua origem no continente africano, mas que hoje é cultivada em quase todas as regiões do mundo em função do fruto ser muito apreciado devido seu sabor e suculência. Possui caule rasteiro e um ciclo biológico que varia entre 70 a 150 dias dependendo da variedade, tendo o seu sistema radicular bem desenvolvido quando em solos mais arenosos (Maria et al., 2003). As variedades comerciais apresentam, em média, ramos de quatro metros de comprimento inferior aos dez metros das raças crioulas (Dias; Resende, 2010).

Em Vitória do Mearim a melancia é plantada, principalmente, em duas regiões: Japão e Coque. Essas são as regiões onde há maior possibilidade de produzir sob a forma de vazante em função da presença de rios que banham o município. As áreas onde são produzidas a melancia de vazante são cercadas de campos que ficam alagados no período chuvoso. As águas dos rios carregam uma grande quantidade de matéria orgânica que vão sendo depositadas nesses campos. Quando as chuvas diminuem e as águas recuam a matéria orgânica depositada nas áreas que margeiam os rios se tornam uma ótima base para o cultivo de melancia. Nesse caso, com grande quantidade de matéria orgânica a fertilidade é elevada, ainda que haja um excesso de umidade que vai sendo reduzida na medida que a chuva para em definitivo e o sol promove a evaporação de parte dessas águas.

No período do final das chuvas os agricultores semeiam a melancia sob a forma de mudas feitas nas próprias áreas com sementes adquiridas no comércio local ou compradas pela internet. Durante dezenas de anos, considerando que esse processo de produzir melancias em vazante data de quando as famílias foram ocupando essas áreas, há mais de cem anos, cultivaram, principalmente, variedades menos produtivas e mais resistentes às condições edafoclimáticas locais, sendo quase todas substituídas por variedades mais produtivas e com maior valor comercial como Charleston Gray e Crimson Sweet.

As comunidades onde ocorrem a produção por vazante ficam, principalmente, na área do Japão. Essa região fica a cerca de 40 km da sede do município e, mesmo que no período da colheita, não esteja chovendo, como os agricultores não possuem transporte, o processo de comercializar se torna inviável fora da comunidade. A comercialização se faz, principalmente,

por intermediários que possuem caminhões e vão às comunidades. Esses intermediários definem os preços a partir do tamanho da fruta. Melancias que possuem tamanho menores do que o desejado pelos compradores ficam nos povoados e são comercializadas localmente. Em muitos casos, 'por não conseguirem a venda parte dos produtos são doados e até descartados.

A produção de melancia no modelo em vazante tem um grande potencial, tanto no município quanto no território, pois além de Vitória do Mearim é cultivada em outros municípios do território como Arari, São Bento e São Vicente de Ferrer. Com exceção de Arari a melancia em vazante não possui importância estratégica nos outros nos outros municípios. Em Arari há um festival de melancia e uma estrutura de comercialização com barracas na entrada da cidade, mas as melancias comercializadas não são, necessariamente, produzidas em vazante e nem cultivadas apenas no município.

Um produto como a melancia que se destaca em dois municípios e que está presente em grande parte do território demonstra uma grande possibilidade de valorização. Essa valorização, no entanto, depende do apoio do poder público municipal considerando a necessidade de assistência técnica aos produtores e de garantias de comercialização seja através de cadeias formais ou de programas governamentais.

## **6. Leite e subprodutos do leite de búfala**

Um outro tema que apareceu muito fortemente durante as discussões para a construção do inventário foi a produção de leite de búfalas e seus subprodutos, ainda que entre os grupos tenha havido divergência sobre o assunto. A bubalinocultura no território Campos e Lagos e em toda a Baixada Maranhense tem um questionamento muito grande em função da crise que se deu no final dos anos 1980 pelo excesso de animais criados soltos nos campos naturais. O conflito entre criadores de búfalos e agricultores familiares e pescadores artesanais ainda tem resquícios até os dias atuais.

Após os conflitos dos anos oitenta houve uma queda do número de animais e o cercamento das propriedades da maioria das fazendas. Ainda assim, o Campos e Lagos ainda possui 57.418 bubalinos, representando cerca de 59% de todo o rebanho do Maranhão. Parte desses animais ainda são criados soltos nos campos sem, no entanto, causar conflitos de grande intensidade. O rebanho tem sido direcionado, principalmente, para o abate e consumo da carne. Nesse sentido a divergência entre os grupos que participaram da construção do inventário tem razão de ser, pois a discussão girava em torno do búfalo enquanto sistema de criação extensivo por parte de alguns enquanto outros consideravam o búfalo como produtor de leite, criado de

forma semi-intensiva. Esse último grupo acabou por convencer o primeiro em razão do leite ter maior valorização como recurso territorial.

A criação de búfalos, em sua forma atual, tem um potencial econômico significativo, mas seu desenvolvimento sustentável está intrinsecamente ligado à qualidade da governança local e regional. No município de Vitória do Mearim o sistema de produção atual consiste na criação semi-intensiva de uma raça com dupla aptidão (leite e carne), mas com foco na produção do leite feita em agroindústrias familiares artesanais, situação identificada, também, em outros municípios do território. Em São Bento destaca-se um queijo que recebe o nome do município e tem uma grande reputação no território e em territórios vizinhos.

Nesse tipo de atividade destaca-se o beneficiamento do leite em produtos como o queijo tipo coalho e minas padrão, além de doces, iogurte e coalhada que são bastante valorizados no mercado local. Esse processo de industrialização agrega valor ao leite, que de outra forma seria vendido *in natura*, com menores retornos financeiros.

As propriedades de Vitória do Mearim produzem em média 8 a 70 litros de leite por dia. A produção diária de queijo varia entre 10 e 15 peças de 500g, com o preço de venda variando entre R\$45,00 a R\$80,00 o quilo. Além do queijo coalho duas propriedades fabricam iogurte, coalhada e doce de leite. A grande variação na produção diária de leite reflete a diversidade de escala e a heterogeneidade tecnológica entre as unidades. No entanto, o preço de venda dos queijos, que alcança até R\$80,00 por quilo, sinaliza que o produto possui valor agregado significativamente superior ao queijo bovino. O fato de duas propriedades diversificarem a produção para iogurte, coalhada e doce de leite demonstra uma estratégia de agregação de valor e aproveitamento total do leite, o que é crucial para otimizar a rentabilidade em pequenas escalas de produção (Simiomi et. al, 2016).

A venda dos queijos ocorre diretamente nas propriedades produtoras, sendo direcionada a viajantes e consumidores do município. O modelo de comercialização direta (venda na porteira) estabelece um circuito curto de comercialização, eliminando intermediários e permitindo que o produtor garanta maior margem de lucro (DAROLT, 2013). Mais do que uma simples transação, o fato de os clientes serem assíduos e antigos indica uma fidelização baseada na confiança e na qualidade percebida.

Nenhum dos proprietários tem um conhecimento profundo da legislação sanitária e ambiental, mas demonstram intenção de formalizar a agroindústria devido à litragem diária produzida e ao desejo de melhorar a qualidade, apesar de considerarem os custos de adequação elevados. A intenção de formalização demonstra um espírito empreendedor e o reconhecimento

da necessidade de melhorar a qualidade do produto para garantir sustentabilidade no longo prazo.

A formalização das agroindústrias familiares que processam o leite de búfala em Vitória do Mearim, e em todo o território Campos e Lagos, é crucial para o desenvolvimento territorial, pois reforça as relações internas e permite o acesso a outros mercados. Por isso o processo é um desafio, pois a alta burocracia e os custos de adequação sanitária podem excluir os pequenos produtores, aprofundando a desigualdade social. Assim, torna-se fundamental promover ações em escala local e territorial que crie mecanismos de apoio, como assistência técnica e financiamento acessível, para que a formalização seja uma ferramenta de inclusão e crescimento, e não um obstáculo para as famílias que dependem da atividade.

## **7. As manifestações culturais e o turismo comunitário**

Além dos recursos relacionados às atividades produtivas outros dois temas emergiram nas primeiras rodadas de definição do inventário. Esses temas estão entrelaçados e acontecem há dezenas de anos nesse território: são as manifestações culturais e o turismo comunitário. Apresentados pelos três grupos foram relacionados como recursos extremamente valiosos, mas que são executados apenas pelos moradores do rural ou da periferia da zona urbana, e não apenas em Vitória do Mearim, mas no conjunto do território.

Conceituadas genericamente como as expressões da identidade de um grupo social, as manifestações culturais são o que há de mais típico na caracterização de um determinado local. Se se leva em consideração um território como os Campos e Lagos, pode-se dizer que os diversos grupos sociais são representados por suas manifestações culturais extremamente variadas relacionadas à religiosidade, festividades, danças, músicas, culinária...

No Maranhão essas manifestações são muito diversas, talvez as mais diversas do Brasil. O país reconhece as manifestações culturais tanto a partir da lógica da sua materialidade quanto da imaterialidade como está posto no artigo 216 da constituição de 1988 que relaciona como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, referentes à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, sendo dever do poder público, com a colaboração da comunidade, a promoção e a proteção.

No estado o patrimônio cultural se expressa através do tambor de crioula, ofício de mestre de capoeira, roda de capoeira, complexo cultural do bumba-meu-boi, terreiros de mina, festejo do divino espírito santo, festejos de santos, reggae... todos reconhecidos pelo Instituto de Patrimonio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pela Organização das Nações Unidas

para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que são instituições fundamentais para identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras.

Em Vitória do Mearim foi identificado que as suas quatro regiões apresentam uma diversidade cultural que expressam a riqueza cultural do território Campos e Lagos como o tambor de crioula, o bumba-meu-boi, os cultos religiosos afrobrasileiros do Maranhão, como o tambor de mina e o terecô, o festejo do divino espírito santo e as festas tradicionais das comunidades tendo o reggae como ritmo preferencial. Essas manifestações são mantidas por uma ou por um grupo de pessoas que garantem toda a organização. Essas pessoas são consideradas mestres de cultura, pois dispõem de um saber notório e dedicam a vida em prol da manutenção da manifestação, sendo responsáveis por transferir o seu conhecimento às novas gerações. Durante as etapas de caracterização do inventário foi possível identificar vários desses mestres e mestras de cultura.

Essas manifestações ocorrem ao longo de todo o ano, sendo que as apresentações variam de acordo com o tipo de atividade. Fora do período das apresentações ocorrem atividades preparatórias. Muitas das festividades que existem nas comunidades surgiram relacionadas à essas atividades, em especial aquelas de cunho religioso ligadas à igreja católica e aos cultos afrobrasileiros. Essas festividades são programações compostas pela apresentação das danças (bumba-meu-boi, tambor de crioula...), o culto religioso e uma festa dançante. Durante muito tempo as atividades eram necessariamente articuladas entre si e a festa dançante era animada por algum grupo musical do próprio município ou de algum município vizinho. Mas quando surgiram as radiolas (aparelhagens de som) esses grupos musicais foram substituídos por essa estrutura eletrônica e as festas passaram a ser executadas de forma separada.

As festividades provocavam (e continuam provocando, ainda mais intensamente na atualidade) a atração de pessoas para participar dessas programações ou apenas para se divertir nas apresentações ou nas festas dançantes. Essa forma de atrair pessoas para as comunidades criou uma forma de turismo denominado turismo comunitário. O turismo comunitário é uma atividade que se dá a partir da presença de pessoas externas nas comunidades sem que haja a preocupação de organizar essas presenças. Nesses casos as pessoas vão visitar as comunidades sem qualquer preocupação e, algumas vezes, ficam para dormir caracterizando a atividade turística, sendo que a condição de passar a noite nem sempre envolve uma programação pré-definida.

O modelo de turismo comunitário se estende das festividades para as belezas naturais existentes no território Campos e Lagos. Em Vitória do Mearim os banhos em rios e nos lagos caracterizam esse modelo de turismo, pois as famílias que moram próximo desses lugares ou

que possuem algum tipo de atrativo nas suas áreas fazem convites a vizinhos e amigos que passam um dia ou um final de semana, caracterizando uma forma particular de fazer turismo.

## 8. Conclusão

Quando o projeto Cesta Amazônica foi iniciado no território Campos e Lagos Maranhenses havia uma perspectiva de se adentrar pelos doze municípios considerando as condições semelhantes do ponto de vista socioambiental. No entanto, ao longo das primeiras ações executadas percebeu-se que a variedade de possibilidades não daria conta de ser inventariada num tempo tão curto. Assim, os primeiros resultados do projeto relacionados à identificação de produtos e serviços capazes de compor uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais estão apresentados nesse capítulo apenas no município de Vitória do Mearim, mesmo considerando que houve incursões em campo em outros municípios.

O inventário apresentado relaciona os principais recursos potenciais existentes no município de Vitória do Mearim, mas que estão presentes em todo o território Campos e Lagos em maior ou menor grau. A demonstração de cinco itens existentes localmente, mas que são executados em outros municípios, prova também que a lógica do desenvolvimento territorial não é apenas uma discussão teórica, mas está na vivência e na convivência dos moradores e das suas relações com os grupos sociais entre si e com o ambiente que define todo o território.

Dos cinco recursos indicados nas discussões com os grupos sociais que participaram da pesquisa do município três fazem parte do complexo agroextrativista do território Campos e Lagos e os outros dois estão relacionados à cultura e o turismo. Mesmo que esses recursos estejam de uma forma ou de outra sendo ativados dentro e fora das comunidades, a situação é complexa pela dificuldade de governança por parte das comunidades, mas, também da falta de apoio público, condições apontadas por todos os participantes da pesquisa.

O babaçu é um produto clássico do Maranhão com fases de valorização e desvalorização ao longo desse século e do século passado. Em Vitória do Mearim e em todo o território apesar de várias matas de babaçuais grande parte está em fase de degradação e o aproveitamento não acontece em toda a plenitude como visto em outros territórios, inclusive fora do estado. A melancia tem na vazante uma forma de produzir com custos mínimos, mas os ganhos do processo de produção são reduzidos com as perdas que vem acontecendo durante a etapa da comercialização. O leite de búfala tem como referência uma pequena quantidade de produtores que tem contra si a dificuldade de organização coletiva para fomentar o beneficiamento que é a parte mais estratégica dessa cadeia produtiva. A cultura do município tem as mesmas

características do restante do território, com as manifestações culturais baseadas em danças como bumba-meu-boi e tambor de crioula, além das festividades relacionadas às atividades religiosas da igreja católica e dos terreiros de mina. Danças e festividades atraem visitantes e turistas para as comunidades num modelo de turismo comunitário que se estende na diversão em banhos de rios ou lagos.

Mesmo com uma boa quantidade de recursos específicos a serem melhor ativados segundo a percepção dos atores territoriais percebe-se que há uma marcante dificuldade com a governança em relação às iniciativas apresentadas, incluindo os produtores e suas organizações, os agentes culturais e todos os envolvidos nas atividades, mas com uma responsabilidade bem maior para o grupo que representa o poder público municipal. Os recursos, de acordo com as indicações apontadas pelo enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais, tem grandes potenciais para gerar retornos estratégicos de qualidade, especialmente se houver incentivos internos ao território.

## Referências

- CAMAGNI, R.; MAILLAT, D.; MATTEACCIOLI, A. Ressources naturelles et culturelles, milieux et développement local. Edes, 2004. Doi : <https://doi.org/10.4000/mediterranee.123>
- CAZELLA, A. A.; PAULA, L. G. N.; MEDEIROS, M.; TURNES, V. A. A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos. Redes, v. 24 no 3, p. 49-74, 2019.
- CAZELLA, A. A. et al. O enfoque da Cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v.16, n. 3, p. 179-192, 2020.
- COLLETIS G.; PECQUEUR. B. Révélation de ressources spécifiques et coordination située. Economie & Institutions, n. 6-7, p. 51-74, 2005. <https://doi.org/10.4000/ei.900>
- COSTA-NETO, J. P.; BARBIERI, R.; IBÁÑEZ, M. DO S. R.; CAVALCANTE, P. R. S.; PIORSKI, N. M. Limnologia de três ecossistemas aquáticos característicos da Baixada Maranhenses. Bol. Lab. Hidrobiol. 2014, 14.
- FERNANDES, R. T. Condições socioeconômicas e degradação dos recursos naturais na zona rural de Vitória do Mearim. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2005. 111p.
- HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2.ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

KLEIN, J. L. Introduction. Territorial development and social innovation. Canadian journal of regional science, v. 32, n. 3, p. 3-12, 2009.

MARIA, C. B.; DENISE, C. F. D.; DANIELLA, I. B.; LUIZ, A. S. D.; DAI, T. **Avaliação do vigor de sementes de melancia (*Citrullus lanatus* Schrad) pelo teste de envelhecimento acelerado.** Revista Brasileira de Sementes, v.25, n.2, p.1-6, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbs/v25n2/19642.pdf>>. Acesso em: 14 de março de 2024.

MEDEIROS, M.; SABLAYROLLES, P. J. L.; CAZELLA, A. A. A configuração de Cesta de Bens e Serviços Territoriais como estratégia inovadora de desenvolvimento amazônico. Redes. Revista do Desenvolvimento Regional, vol. 26, 2021. Universidade de Santa Cruz do Sul. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v26i0.16842>

MELLO, C. I. ; FROELICH, J. M. O bem que falta na cesta : o artesanato no território Quarta Colônia, RS. Estudo, Sociedade e Agricultura, v. 27, no 2, p. 282-306, 2019.

MOLLARD, A. Qualité et développement territorial: une grille d'analyse théorique a partir de la rente. Économie Rurale, v. 263, n. 261, p. 16-34, 2001.

PECQUEUR, B. Qualité e développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. Économie Rurale, n. 261, p. 37-49, 2001.

PECQUEUR, B.. Le développement territorial: une nouvelle approche des processus de développement pour les économies du Sud. In: ANTHEAUME, B.; GIRAUT, F. (Ed.). Le territoire est mort: vive les territoires!: une refabrication au nom du développement. Paris: IRD, p. 295-316, 2005

PRADO, F. H.; MILANO, M. Z.; DORTZBACH, D.; CAZELL, A. A.; DESCONSI, C. O processo social de construção de indicação geográfica: desenvolvimento territorial sustentável no Planalto Norte Catarinense. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 59, p. 110-133, jan./jun. 2022. DOI: 10.5380/dma.v59i0.76293 e-ISSN 2176-9109

RALLET, A.; TORRE, A. Proximité et localisation. Économie rurale, v.1, n. 280, p. 25-41, 2004.

Relatório Técnico de Arranjos Jurídicos Institucionais do Zoneamento Ecológico Econômico do Maranhão (ZEE-MA) - Etapa Bioma Amazônico. Frederico Lago Burnett; Paulo Henrique de Aragão Catunda; Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias (coordenadores). São Luís: IMESC, 2020.

SANTOS, I. P.; TRINDADE JR, S. C. T. A juventude rural do território campos e lagos no estado do Maranhão: os processos de migração e as mudanças sociais. Belém: Novos Cadernos NAEA, v. 26, n. 3, set-dez. 2023

SAQUET, Marcos. A. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SIMIONI, F. J.; HOFF, D. N.; SILVA, C. da. Diversificação e atividades não agrícolas como alternativas de renda na agricultura familiar: um estudo de caso no município de Paineira/SC. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Taubaté, v. 12, n. 2, p. 51-70, 2016.

SPOSITO, Eliseu. S. Geografia e filosofia: contribuições para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Edunesp, 2004.

REBOLLAR, P. B. M. Metodologia participativa para construção de uma cesta de bens e serviços territoriais. Desenvolvimento em Questão. Editora Unijuí. Ano 22, n. 61. Edição Especial 2024.

Relatório Técnico de Arranjos Jurídicos Institucionais do Zoneamento Ecológico Econômico do Maranhão (ZEE-MA) - Etapa Bioma Amazônico. Frederico Lago Burnett; Paulo Henrique de Aragão Catunda; Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias (coordenadores). São Luís: IMESC, 2020.

SWERTS, L. A. Políticas de desenvolvimento, organização do território e participação: as quebradeiras de coco babaçu na microrregião do Bico do Papagaio, Tocantins. 2009. 167 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de Brasília, 2009.